

POLÍTICA ECONÔMICA

Momento político definirá pacote econômico

Nova medidas para estabilizar a economia "sem choque ou milagre", como afirmou o ministro da Fazenda, poderiam coincidir com os trabalhos da revisão constitucional

BEATRIZ ABREU



BRASÍLIA — O momento exato para que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncie as medidas de esta-

bilização da economia será ditado pelo quadro político do País. "É o momento político que definirá o momento econômico", diz Cardoso aos seus auxiliares.

A equipe econômica gostaria de ganhar tempo e adotar o programa econômico somente após os resultados da revisão constitucional, mas já discute a possibilidade de fazer coincidir a adoção das novas medidas, que "não seriam acompanhadas de choques ou soluções milagrosas", com os trabalhos da revisão constitucional.

"Tudo dependerá da avaliação política", pondera um assessor do ministro da Fazenda: "Quem sabe não pode ser antes da revisão?" Cardoso está atento às ponderações dos economistas, que defendem vários passos até que o governo possa adotar o programa de estabilização.

Argentina e México — A discussão, no entanto, considera a experiência de países como Argentina

e México, que primeiro atacaram a inflação e, depois, resolveram os problemas fiscais. Uma corrente no próprio governo admite que essa hipótese deve ser analisada, inclusive como instrumento de pressão do Executivo para conquistar melhores resultados na revisão constitucional.

O próprio Cardoso, com a experiência política que tem, sente-se à vontade para contestar os argumentos técnicos. Nas reuniões, ele deixa claro que não necessariamente concorda com o todo defendido pela equipe técnica, admite um graduado funcionário do Ministério da Fazenda.

Pressões políticas — Por outro lado, o ministro Fernando Henrique Cardoso está convencido, também, de que o País ainda não se confrontou com o momento político que ditará a adoção das novas medidas para controlar a inflação e estabilizar a moeda. As pressões políticas a que Cardoso se refere nas conversas com a equipe não se traduzem, apenas, nas cobranças dos partidos políticos. "É preciso saber como se comporta a sociedade como um todo", definem os assessores, que se aliam a uma visão política dos problemas econômicos.

A avaliação de Cardoso é clara: não se caracteriza, ainda, um mo-

vimento da sociedade contra a inflação e na defesa intransigente de um novo programa de estabilização. As pressões, nessa análise de conjuntura do Ministério da Fazenda, estão restritas aos sindicatos organizados, que lutam pela reposição salarial de 100% da inflação, e setores empresariais específicos, como o têxtil e indústria de base.

O setor têxtil teme enfrentar a concorrência externa com a liberação das importações e o setor de base passa por momentos difíceis porque sobrevive das encomendas, do setor público. "Fora esses setores, a economia privada vai muito bem obrigado", dizem os economistas do governo. "O que vai mal são as contas públicas."

Hiperinflação — Essa análise também afasta o risco de uma hiperinflação, que foi alardeada semana passada pelo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch. O secretário faz uma defesa intransigente de que, sem o ajuste fiscal, a hiperinflação aparecerá de forma anunciada a partir do segundo semestre do ano que vem. Mas na própria equipe econômica existem assessores que contestam a tese, argumentando que, com a economia altamente indexada, "é impossível uma hiperinflação."